

Currículo escolar: um olhar a partir da experiência do estágio curricular supervisionado

Tatiane Spagnol*

Daniela Pederiva Pensin**

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como origem a experiência do estágio supervisionado no Curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Xanxerê, envolvendo etapas de observação e regência nos níveis de Educação Infantil, Anos Iniciais e Curso Normal – Magistério, bem como na Gestão Escolar. O Estágio Curricular obrigatório é um momento de fundamental importância para os cursos superiores, pois é o momento no qual o acadêmico amplia, acentua o contato direto com a realidade da profissão para a qual vem se preparando. Especialmente falando dos cursos de licenciatura, e particularmente do Curso de Pedagogia, o estágio é a oportunidade que temos de uma maior proximidade com o campo de atuação profissional, nesse caso, a escola. Ver como esta funciona, de que maneira está organizada, como é uma sala de aula real, com alunos reais, sentir na pele a emoção e as dificuldades de ser professor.

A observação e a regência, etapas do estágio em questão, ocorreram em escolas públicas, localizadas no Oeste do Estado de Santa Catarina. Por meio da observação *in loco* foi possível problematizar a realidade das escolas e a partir dessa problemática, desenvolver um trabalho que viesse ao encontro de alternativas possíveis para contribuir com a melhoria da qualidade do ensino nas salas de aula.

A partir da observação e do levantamento dos dados nasceu a inquietação com o trabalho sobre as diversidades culturais presentes nas escolas. A fim de buscar uma resposta para esse problema, desenvolveu-se um estudo que sustentou teoricamente todas as etapas posteriores do estágio e cuja problemática consistia em: De que modo a escola tem trabalhado com a diversidade sociocultural de seus alunos enquanto fator que implica a aprendizagem, apesar da cultura marcadamente padronizada que a caracteriza enquanto instituição?

Nesse sentido, um amplo estudo ocorreu, tanto do ponto de vista teórico-bibliográfico quanto sob a reflexão a partir da ação; movimento que originou o relatório de estágio do qual se retirou o conteúdo deste artigo. Para a composição do texto que se inicia, tomou-se do relatório já citado os elementos relacionados ao currículo e à padronização da escola de educação básica, enfatizando temas como currículo, cultura e diversidade. Esse é o recorte da experiência em questão e cuja exposição inicia a seguir.

* Professora da Educação Infantil no município de Xanxerê, SC; graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; tatiane_spanhol@hotmail.com

** Professora do Curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de Xanxerê; Mestre em educação; daniela.pensin@unoesc.edu.br

2 CURRÍCULO ESCOLAR, CULTURA E DIVERSIDADE

2.1 CURRÍCULO ESCOLAR E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A educação, desde quando proposta pela sociedade industrial, fora pensada com diferentes propósitos, tanto para a qualificação profissional quanto para a humanização do ser humano, para a sua adaptação à sociedade, sua socialização. O ser humano na construção da vida social cria costumes, crenças, normas e leis que ajudam na organização das sociedades. Cada grupo social organiza sua vida de acordo com princípios que julga serem viáveis para sua vida, os quais constituem a cultura própria de cada grupo. De modo bastante simplificado, mas nem por isso menos relevante, pode-se afirmar que a escola desempenha uma importante função tanto no sentido da transmissão sistemática desta cultura às novas gerações (acentuando a adaptação dos sujeitos) quanto no sentido da (re)elaboração e transformação de tal cultura.

A escola, desde que considerada uma instituição voltada à socialização dos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, é o espaço que permite aos sujeitos que a frequentam se tornarem pessoas melhores, capazes de mudarem suas vidas e o meio no qual se inserem, em decorrência da interiorização dos conhecimentos eruditos.

Para Gómes (2000, p. 13) sua função peculiar “[...] é atender e canalizar o processo de socialização” e ainda, “[...] garantir a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência mesma da sociedade.” A sociedade, desde os tempos primitivos, produz história, cultura, transforma o espaço social. A escola reproduz esses conhecimentos, assegura a manutenção e transmissão de culturas necessárias à manutenção e perpetuação da sociedade, mas não apenas isso. Tem também a função de garantir melhorias, operar transformações, uma vez que suas ações são produtoras de conhecimentos e culturas, implicando o movimento dialético entre si e a sociedade na qual se insere.

A escola não é a única instância social reprodutora, seu foco recai sobre a (re)produção dos conhecimentos socialmente relevantes e dos mecanismos de conduta tipicamente aceitos dentro de cada grupo social em que se encontra. Por outro lado, têm-se outras instâncias sociais que ajudam na reprodução social, como é o caso “[...] das famílias, os grupos sociais, os meios de comunicação que atuam como instâncias primárias de convivência e intercâmbio que exercem de modo direto a influência reprodutora da comunidade social.” (GÓMES, 2000, p. 14). Portanto, o trabalho socializador e reprodutor da escola é sistemático, mas não isolado.

Para as correntes sociológicas mais conservadoras, a principal função básica da escola era a introdução dos sujeitos no mercado de trabalho. Essa função possui sua origem vinculada à origem da sociedade capitalista industrial, na qual as escolas deveriam preparar alguns para a mão de obra e outros indivíduos que gerenciassem os negócios (escola dualista), uma vez ancorada na teoria Funcionalista a qual afirmava que nem todos nascemos para as mesmas funções, são necessários homens de pensamento e homens de ação.

Por outro lado, a sociologia da educação crítica compreende não apenas a existência da função reprodutora da escola, entendendo as necessidades de preparação para o mercado de trabalho. Também entende que a sociedade evolui, encontra-se em movimento constante e os sujeitos é que

garantem as transformações sociais. Desse modo, torna-se também função da escola compreender esses mecanismos de mudança para então reconstruir as funções sociais da escola, considerando a necessidade da universalização da educação escolar.

Nessa perspectiva crítica, além de preparar para o mercado de trabalho, a escola tem como função a formação dos sujeitos para atuarem na invenção na vida pública. Gómes (2000, p. 15) afirma que ela “[...] deve preparar os sujeitos para que se incorporem à vida adulta e pública, de modo que se possa manter a dinâmica e o equilíbrio nas instituições, bem como as normas de convivência que compõem o tecido social da comunidade humana.”

Considerando posicionamentos correntes, a escola sempre aparece como mediadora do processo de socialização. Gómes (2000, p. 17) afirma que a “[...] escola cumpre a função de impor a ideologia dominante na comunidade social mediante um processo mais ou menos aberto e explícito de transmissão de ideias e comunicação de mensagens, seleção e organização de conteúdos da aprendizagem.”

Estes conteúdos estão presentes no currículo das escolas, dessa forma, os sujeitos além de compreenderem por meio dos conteúdos programáticos o que cada escola oferece em um determinado tempo, vão adquirindo conhecimento pela própria socialização no universo escolar, considerando que este é um espaço de grandes diferenças individuais, onde a cultura de cada grupo fica praticamente explícita no comportamento e nas atitudes de cada educando que faz parte de cada instituição. Considerando essa situação, vale ressaltar que currículo não são somente os conteúdos, mas tudo o que está diretamente ligado à cultura escolar. O currículo escolar passa a ser entendido como:

- 1) Os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- 2) As experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- 3) Os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- 4) Os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- 5) Os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (BEAUCHAMP; NASCIMENTO; PAGEL, 2007, p.18).

Organizar um currículo que atenda às duas funções da escola, que são resumidamente, permitir apropriação, pelos educandos, dos conhecimentos acumulados pelas sociedades e reproduzir a cultura da sociedade, faz-se necessária a escolha de aspectos fundamentais para que então a escola cumpra com sua função socializadora e humanizadora. Gómes (2000, p. 18) cita sete itens definitivos para o desenvolvimento do currículo, considerando os mecanismos de socialização da escola:

1. A seleção e a organização dos conteúdos do currículo. Concretamente, o que se escolhe e o que se omite da cultura pública da comunidade e quem tem o poder de selecionar ou intervir em sua modificação.
2. O modo e o ensino da organização das tarefas escolares, bem como o grau de participação dos educandos na configuração das formas de trabalho.
3. A ordenação do espaço e do tempo na aula e na escola. A flexibilidade ou rigidez do cenário, do programa e da consequência da atividade.
4. As formas e estratégias de valorização das atividades dos educandos. Os critérios de valorização, assim como a utilização diagnóstica ou classificatória dos resultados e a própria participação dos interessados no processo de avaliação.
5. Os mecanismos de distribuição de recompensas como recursos de motivação extrínsecos e a forma e grau de provocar a competitividade ou a colaboração.
6. Os modos de organizar a participação dos educandos na formulação, no estabelecimento e no controle das formas e normas de convivência e interação.

7. O clima de relações sociais presidido pela ideologia do individualismo e da competitividade ou da colaboração e solidariedade.

Conforme já mencionada, a função da escola vai muito além da mera reprodução, pois ela conta com muitas ciências que a ajudam no conhecimento público e também para a criticidade. Estas ciências, como é o caso da Filosofia, das Ciências Sociais, da Cultura e das Artes não podem, pela própria natureza que possuem, simplesmente permanecer na reprodução. É necessário que se construam a cada dia, e a escola é o ambiente propício para a ocorrência da socialização destes conhecimentos produzidos pela contemporaneidade.

Oportunizar aos educandos o contato com os conhecimentos públicos também é função da escola. Introduzir nos educandos o espírito de criticidade é fundamental para que os mesmos possam atuar na sociedade moderna, não como expectadores, mas como sujeitos promotores de mudanças. Deste modo, a função educativa da escola, segundo Gómez (2000, p. 22, grifo do autor) está:

[...] Imerse na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição, complicada, mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do *status quo* real – assumindo como natural pela ideologia dominante – o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações.

A compreensão da função social da escola em perspectiva dialética e crítica evidencia que, mais do que pensar em um currículo em que os educandos aprendam o conhecimento sistematizado, deve ser pensado também no atendimento às particularidades dos educandos e da sociedade na qual se inserem, auxiliando inclusive para que atuem de forma democrática em uma sociedade não democrática. E isso somente será possível se realmente tomarmos como orientadora a função social da educação em suas contradições e conflitos, na sua dinamicidade e dialeticidade.

3 CURRÍCULO: TEORIA E PRÁTICA

A elaboração dos currículos escolares possui uma organização própria, a qual está articulada em torno da concepção de autonomia das escolas e também da necessidade de construção de um sentido de unidade. Desse modo, a partir da constituição das orientações e referenciais mais gerais, são elaborados os currículos locais. Isso leva a identificar diferentes níveis e esferas curriculares, desde um âmbito mais geral até o âmbito da sala de aula. Essa aproximação com o local é o que permitiria, em teoria, que as especificidades locais, especialmente as relacionadas às diversidades culturais, pudessem ser atendidas pela formação escolar. Ocorre que, em um grande número de casos, isso não se materializa conforme previsto.

Faz parte da cultura escolar quanto à organização curricular e, em nível mais operacional quanto ao planejamento, a separação entre os sujeitos que elaboram e os que executam os planejamentos, as definições curriculares nas e das escolas. Historicamente vemos a constituição de um cenário no qual os professores adotam uma postura coadjuvante em relação às definições curriculares, às escolhas que implicam diretamente sua atuação cotidiana. Assim, especialistas em currículo e planejamento educativo elaboram as propostas cuja execução caberá aos professores. Esse distanciamen-

to em relação ao pensar e ao fazer coloca aos professores uma dimensão executora, instrumental e, portanto, menos valorizada da docência, trazendo também como consequência descaracterizações que envolvem inclusive o aspecto da (des)intelectualização do professor.

É verdade que alguns ensaios em relação ao exercício participativo dos professores nas definições curriculares são feitos. Há exemplos de construções mais ou menos coletivas que partem da entrega de propostas para todas as escolas, de “projetos” tomados como base, sobre os quais as escolas vão opinando, sugerindo, até que todos esses textos estejam reunidos. Cada Estado ou Município acolhe o que as escolas definiram, é realizado um balanço de todas as sugestões e então definidas as prioridades. É possível também, em nível nacional, assinalar para a sequência desse trabalho quando em convenções nacionais ocorre a elaboração de um plano nacional de educação ao qual devem se filiar todas as escolas.

Vale ressaltar que há sempre uma relação de poder sobre as definições curriculares, tanto em nível macro quanto em micro. Um exemplo claro está associado às esferas administrativas da educação, em âmbito municipal, estadual ou federal (conforme o sistema de ensino ao qual a escola está vinculada). Esses departamentos definem a “[...] estrutura do sistema, a especificação das áreas, conteúdos mínimos, horários [...]” (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 221). À escola, cabem decisões como: “linhas de metodologias, atividades gerais, coordenação de conteúdos, uso do tempo, desenvolvimento pessoal, integração com a comunidade [...]” (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 221). Mais especificamente aos professores, segundo os autores, cabe a “consideração de metas e objetivos, escolha e organização dos conteúdos, avaliação, previsão de materiais [...]”. Todo esse esforço resulta no desenvolvimento físico do currículo e, embora se tenha uma liderança maior que pensa na organização, o conjunto é fundamental para a verdadeira concretização de tal currículo.

Quando este for colocado em prática, cada escola tem a oportunidade de criar alternativas, de fazer com que os conteúdos propostos tenham maior relação com a realidade, que seja preservada a identidade da população atendida, suas particularidades, suas necessidades, as ênfases necessárias. Pode-se considerar essa etapa como o momento no qual o currículo é organizado no contexto de uma escola. Da dialética entre o currículo proposto e a materialização da proposta surgem os elementos capazes de apontar para as necessidades de reestruturação curricular ou para a satisfação das necessidades formativas de cada escola.

É na prática que se pode encontrar marcas do que não foi bem entendido, o que professores e toda a equipe escolar deixaram de realizar por algum motivo e, em alguns casos, a importância de valorizar, ampliar os temas em questão. É o momento de avaliar o currículo.

Finalmente, tem-se a dialética da teoria com a prática. Uma leitura da prática, para reavaliar a teoria, fazer novos ajustes, melhorar a qualidade dos conteúdos, dar maior ênfase quando necessário, cuidar da competência técnica dos profissionais da educação, verificar a adequação e as adaptações curriculares necessárias. É o momento de avaliar o currículo como um conjunto de ações que visam à melhoria na qualidade educativa, à prática dos professores e à avaliação dos alunos.

A efetiva participação democrática e o assumir a educação como um compromisso de toda a sociedade é algo ainda distante para a nossa realidade escolar. A rara participação da comunidade escolar na escola é um fato frequente; a importância atribuída por parte das sociedades para a colaboração de transformar a escola em um meio que ajude a melhorar a comunidade, está longe de ser efetiva.

As práticas de gestão, assim como boa parte das práticas pedagógicas, apesar de se colocarem como participativas e democráticas, seguem orientadas por perspectivas notadamente conservadoras, autoritárias e distanciadas das necessidades e especificidades da população escolar.

As tomadas de decisões administrativas, financeiras, estruturais ou pedagógicas, poucas vezes envolvem a participação de todos os sujeitos da comunidade. Há casos em que nem mesmo a participação docente ocorre e não são raros aqueles em que no exercício docente o professor exclui da tomada de decisão os alunos, também sujeitos do processo.

O currículo compreende um plano coletivamente elaborado, uma proposta a ser seguida, mas isso não significa que seja inflexível ou imutável. A própria lei permite os aperfeiçoamentos de acordo com as realidades de cada escola. Esta:

Apesar de sua forte burocratização, não é uma organização ao estilo de uma empresa, mas algo mais parecido com um organismo complexo e vivo onde as partes decidem fazer coisas com alguma autonomia [...] e na qual os processos de negociação interna entre as partes e os processos em que se estabelecem com o currículo imposto desempenham um importante papel. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 142).

A escola não é uma empresa na qual se trabalha com números e produtos materiais, mas uma instituição que trabalha com seres humanos dotados de inteligência, cultura, pensamentos próprios, é uma organização que prima pela qualidade de vida em sociedade, não apenas na questão direcionada ao financeiro, mas aos aspectos ligados à cultura particular dos grupos, à união, à vida coletiva. Porém, toda esta cultura com a qual a escola trabalha no sentido da transmissão, (re)elaboração e transformação dos sujeitos e da própria cultura, deveria ter por base a socialização do conhecimento científico.

Este trabalho educativo em torno do conhecimento científico precisa estar articulado por um currículo que compreenda não apenas os modos ou os elementos a serem trabalhados na educação escolar, mas que explicita a intencionalidade do ato educativo.

Em uma perspectiva mais formalista, o currículo, além de ajudar a orientar o professor em relação aos conteúdos a serem trabalhados, visa a manter uma sequência de conteúdos durante todo o processo educacional, proporcionar organicidade e sistematicidade ao processo. Para isso, o professor dispõe de um recurso que é o planejamento, um mecanismo importante para quem deseja ser um bom profissional. Planejar ações que facilitem o desenvolvimento de suas aulas, o que será trabalhado, considerando quem é o destinatário de tal conteúdo, suas especificidades, como ocorrerá a avaliação da aprendizagem, todas questões fundamentais para se desenvolver um bom trabalho.

Um plano, segundo Sacristán e Gómez (2000, p. 197), “[...] indica a confecção de um apontamento, rascunho, croqui, um objeto, uma ação ou sucessão de ações, uma aspiração ou projeto que serve como guia para ordenar a atividade de produzi-lo efetivamente.” Planejar significa anteceder a realidade, prever situações que podem ocorrer, para então não estar totalmente despreparado para algo que pode nos surpreender na prática.

Um professor jamais deveria ir para a sala de aula sem ter um planejamento prévio das atividades que serão trabalhadas, pois quando isso ocorre, mostra o quanto o preparo do profissional é precário. Desse modo, nem mesmo os princípios que ornamentam a educação estarão sendo colocados em prática, pois esta, quando dirigida para fins explicitamente desejados, demanda que sejam “[...]”

feitos planos prévios para racionalizar a ação, guiá-la adequadamente e economizar recursos, tempo, e alcançar resultados de acordo com as finalidades estabelecidas.” (SACRISTÁN; GÓMEZ, 2000, p. 198).

Diferentemente de outras profissões que planejam espaços físicos, os profissionais da educação planejam a sua própria atuação no desenrolar da prática que se dispôs a desenvolver. O planejador é para Schön (1983; 1987 apud SACRISTÁN, 2000, p. 198):

[...] alguém que dialoga com a situação em que atua, que reflete sobre uma prática, que experimenta com uma ideia guiada por princípios, que configura um problema, distingue seus elementos, elabora estratégias de ação ou configura modelos sobre os fenômenos, tendo uma representação explícita de como estes se desenvolvem.

Essa visão de preparação para o que desenvolver em sala de aula é fato determinante na boa prática profissional. Saber onde pretendo chegar por meio de minha ação é muito mais do que meramente executar atividades. Como em outras profissões, o educador tem a responsabilidade de gerar situações de desconforto nos sujeitos, mas isso somente é possível por meio de uma boa prática.

É preciso que o planejamento em educação inclua a reflexão sobre o conhecimento da realidade para a sua elaboração e não apenas o conhecimento sobre a sequência de conteúdos a serem desenvolvidos no processo de escolarização. Conhecer e diagnosticar a realidade na qual o aluno se insere implicará que o professor também conheça e identifique os elementos culturais que entrarão em jogo no processo educativo.

Essa é uma das formas pelas quais o professor estará reconhecendo o sujeito não apenas como alguém que possui uma capacidade de armazenar dados, mas também alguém que vive e interage em um mundo real, com uma cultura própria e com a qual estabelece relações a partir daquilo que a escola lhe oferece. Esse conhecimento da escola entra em articulação com a cultura do sujeito e é significado, ou não, a partir de então.

Na tentativa de articular teoria e prática, considerando o estágio obrigatório do Curso de Pedagogia da Universidade do Oeste de Santa Catarina, bem como se aproximar do objeto de estudo que direcionou as atividades relativas ao estágio supervisionado, com o tema diversidade e padronização da escola de educação básica, procurou-se realizar uma prática educativa em prol da valorização da cultura e dos saberes particulares de cada sujeito, em todas as etapas do estágio. Além da valorização dos saberes individuais, recebeu atenção a necessidade de relacionar esta prática com as funções do currículo, estabelecendo uma relação flexível, acentuando o que significa na sua totalidade, indo além do que é considerado, ou seja – apenas o que diz respeito aos conteúdos programáticos de cada ano escolar.

As ações desenvolvidas em cada uma das etapas de regência estiveram marcadas por significativa relação teoria e prática em que, posteriormente à definição do tema por parte da professora regente, realizaram-se atividades que respeitassem o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, suas necessidades, especificidades e conhecimentos prévios. Por outro lado, foram atendidos os conteúdos do currículo estabelecidos para cada turma, considerando que a primeira atitude a ser desenvolvida foi conhecer cada turma, realizar um diagnóstico destas, conhecer o nível de conhecimento em que os alunos se encontravam, bem como suas possibilidades de desenvolverem as atividades diretamente ligadas ao que haviam adquirido de aprendizagem até então.

Considerando a grande diversidade de saberes e principalmente de culturas nas salas de aula, procurou-se respeitar todas as diferenças, as individualidades, fazendo com que os alunos se sentissem confiantes em externalizar seus conhecimentos prévios sobre determinado conteúdo a ser estudado. Diversas estratégias foram utilizadas na efetivação das aulas, explorando, assim, as diversas capacidades de os alunos aprenderem e internalizarem os conhecimentos sistematizados – também atendendo ao princípio da diversidade.

Nas atividades desenvolvidas nas salas de aula de todas as etapas realizadas do estágio obrigatório, o contato de alunos e professores com o conhecimento sistematizado foi elemento central, promovido por meio de atividades que favorecessem a aprendizagem. Considerando as especificidades do ensino e da aprendizagem, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, procurou-se levar muitas atividades práticas, que lidassem com elementos concretos e lúdicos, pertencentes ao cotidiano dos alunos. Vale ressaltar aqui a importância de propiciar momentos diversificados de aprendizagem, que possam romper com os rituais e práticas amalgamados e irrefletidos que muitas vezes servem de base à prática docente. Propiciar momentos e espaços diferentes de aprendizagem, seja por meio de um passeio ou levar os alunos a assistirem a uma peça de teatro, um filme, uma pesquisa em laboratórios, é de fundamental importância para que eles percebam que o conhecimento pode ser adquirido em diferentes espaços sociais e que a escola colabora com a sistematização e a organização deste conhecimento.

Com o objetivo maior de fazer com que os alunos internalizassem o conhecimento científico, as atividades também foram lançadas com um propósito de trabalho abrangendo a diversidade cultural na dinâmica da sala de aula. Em um cunho interdisciplinar, as atividades abrangiam várias disciplinas, que não havia a separação por matéria/disciplina escolar e sim por tempo relógio; essa integração entre conteúdos e áreas de saber visaram a gerar um elo maior de compreensão do conteúdo proposto.

A interdisciplinaridade é algo significativo na aprendizagem, pois é um momento no qual os conteúdos se encontram nos diferentes componentes obrigatórios do currículo, ou seja, os conteúdos básicos se entrecruzam, permitindo assim uma inter-relação destes sem serem dissociados. Oportunizar que o educando observe onde o conhecimento científico pode ser colocado em prática, onde ele se encontra no cotidiano de todos nós; o fato de que há uma relação intrínseca entre todos os componentes curriculares da escola é fundamental para que o sujeito realmente internalize e compreenda o que está estudando e com isso se efetivem aprendizagens significativas e mais sólidas.

Considerando as práticas desenvolvidas e o objeto de estudo tomado, pode-se afirmar que é de extrema relevância um trabalho diversificado na dinâmica da sala de aula, pelo fato de que todos os sujeitos ali envolvidos são diferentes do ponto de vista social, cultural, cognitivo e emocional. Os conhecimentos que cada um carrega consigo, o empirismo presente no dia a dia das crianças e dos jovens, devem ser lembrados, pois são de grande importância para que o educando se sinta instigado à busca pelo conhecimento científico.

4 CONCLUSÃO

Os estudos realizados sobre o tema diversidade, currículo e a padronização da escola de educação básica, bem como a participação *in loco* nos ambientes escolares, permitem concluir que é possível realizar um trabalho diferenciado em sala de aula, considerando os conhecimentos prévios dos alunos,

e isso faz muita diferença para um ensino de qualidade, pois estes são valorizados em suas culturas, saberes e conhecimentos prévios. Também se possibilita com essa ação o estabelecimento de relações entre o conhecimento escolar e o cotidiano do aluno, permitindo a significação da aprendizagem.

Outro ponto que merece destaque está relacionado à importância de o educador ter conhecimento sobre o currículo referente à turma com a qual está trabalhando, a fim de que seus trabalhos estejam relacionados ao que realmente os educandos precisam saber em relação à série/ano que frequentam. Esta atitude favorece a inserção da ação do professor a um projeto formativo, permite filiar-se a uma proposta curricular, a uma perspectiva de formação unitária. Outro ponto de destaque está relacionado à direcionalidade do ensino ministrado pelo educador, que deve ser um ato intencional e sistematizado, a fim de garantir a qualidade do ensino e o aprendizado dos educandos.

Ao término da experiência de estágio e do estudo teórico realizado, é possível afirmar que é de extrema relevância um trabalho curricular diversificado na dinâmica da sala de aula, pelo fato de todos os sujeitos serem diferentes, os conhecimentos que cada um carrega consigo, o empirismo presente no dia a dia das crianças e dos jovens, devem ser considerados, pois são de grande importância para que o educando se sinta instigado na busca pelo conhecimento científico.

Resumen

Este artículo tiene su origen en la experiencia supervisada en la Facultad de Educación de la Universidad do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) Campus Xanxerê, en los niveles de observación y realización de la docencia en Educación Infantil, en los primeros años de la enseñanza fundamental y el curso normal. La etapa en cuestión es obligatoria y se constituye un momento de importancia fundamental para la educación superior, es el momento en que el estudiante amplía su formación académica, hace hincapié en el contacto directo con la realidad de la profesión para la que se ha estado preparando. La observación y la regencia, los pasos en el escenario en cuestión, ocurrieran en las escuelas públicas, ubicadas en el Oeste de Santa Catarina. Al observar in loco era posible discutir la realidad de las escuelas y desde ahí, desarrollar un trabajo que salió al encuentro de posibles alternativas para contribuir con la calidad de la enseñanza en las aulas. De la observación y la recolección de datos nació en el cuidado de los trabajos sobre la diversidad cultural presente en las escuelas. Con el fin de buscar una respuesta a este problema, hemos desarrollado un estudio que sostenía teóricamente todos los pasos posteriores de la etapa y cuyo tema era: ¿cómo la escuela ha trabajado con la diversidad socio-cultural de sus estudiantes como un factor que implica aprendizaje, a pesar de la cultura marcadamente estandarizada que se caracteriza como una institución? En este sentido, un estudio a gran escala se produjo, tanto desde el punto de vista de la literatura teórica y en la reflexión de la acción, movimiento que dio lugar al documento final donde se retiró el contenido de este artículo. Esto es un pedazo de la tarea en cuestión cuya exposición sigue.

Palabras clave: Currículo. Diversidad. Práctica docente.

REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, Jeanete; NASCIMENTO Aricélia Ribeiro do; PAGEL, Sandra Desise. **Indagações sobre currículo**: Currículo, conhecimento e cultura, Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. São Paulo: Artmed, 2002.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: A Pedagogia Histórico-crítica e a Educação Escolar**. 10. ed. Campinas: Editores Associados, 2008.